

Duarte e Silva Advogados Associados

Av. Maria Rosa 58, Manaira, João Pessoa/PB
(83) 35128500. (83) 987326361. (83) 986602868.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Ana Karla Sulyno da Silva TELEFONE 99184-3247 ⁹⁹¹⁸⁴⁻⁰⁵⁴²

ESTADO CIVIL solteira PROFISSÃO estudante

CPF 700.685.794-54 RG 353923 ENDEREÇO Rua Maria

Jone Bon Santos Silva nº 69, Mucumagão, João Pessoa-PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida Maria Rosa, 58, Manaira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa PB, 18 de julho de 20 19

(OUTORGANTE) Ana Karla Sulyno da Silva



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.539.923 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 20/01/2016

NOME ANA KARLA SULINO DA SILVA

FILIAÇÃO JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO SILVA
JOSEFA SULINO DA SILVA

NATURALIDADE JOÃO PESSOA-PB DATA DE NASCIMENTO 09/02/1998

DOC. ORIGEM NASC.N. 6270 FLS. 055V LIV. A-08
CARTÓRIO 10º JOÃO PESSOA PB

CPF 700.685.794-54

Marcos A. B. Lacet Jr.
MARCOS A. B. LACET JR.
Diretor de Registro Civil e Criminal

B +

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

V-02
P-917

Ana Karla Sulino da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

COMPREVE PREVIDENCIARIA
19 NOV. 2018
PROTOCOLO
AO JOÃO PESSOA



Assinatura		Data		<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe no indicado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Indicado	
Integrado ao serviço postal em:		Data		<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falhado <input type="checkbox"/> Indefinido	





00158000



7209036539572850000120299130170918
 POSTAGEM: 17/09/2018 VENCIMENTO: 28/09/2018

CTC RECIFE PE PLB

ANA KARLA SULINO DA SILVA
RUA MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA 69 CASA
MUCUMAGRO
58066-010 JOAO PESSOA - PB

Quer pagar menos?
A hora é agora!

13 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 JOAO PESSOA





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01859.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01859.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: A(s) 09:59 horas do dia 27 de setembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Ana Karla Sulino da Silva**, CPF nº 700.685.794-54, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Estudante, filho(a) de Josefa Sulino da Silva e Jose Carlos do Nascimento Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 09/02/1998 (20 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria José dos Santos Silva, Nº 69, bairro Muçumagro, tendo como ponto de referência Posto Ipiranga, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98671-1922.

Dados do(s) Fatos:

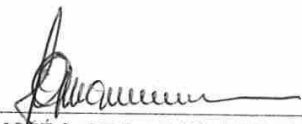
Local: Rua Projetada, Sítio de Abel, Conde/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: zona rural; Data/Hora: 02/09/17 20:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE segundo a notificante, trafegava com o veículo pas/tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 125 FAN KS, ano e modelo: 2012, placa: NQE:7983/PB, Chassi nº 9C2JC4110CR567779, registrado em nome de Fabio Galdino de Souza-CPF nº 024.641.394-83; QUE segundo a notificante seguia normalmente em sua mão quando um veículo gol de cor branca, não sabendo especificar a placa do mesmo, nem o condutor que este vinha na contra mão, e para não haver uma colisão frontal a notificante desviou vindo a cair em um buraco; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO, CRM 1873/PB, DATADO DE 06.06.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo por terceiro; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10 S42,4

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 27 de setembro de 2018.


JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


ANA KARLA SULINO DA SILVA

Noticiante





LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE ANA KARLA SULINO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 09/02/98

NOME DA MÃE JOSEFA SULINO DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

PRONTUÁRIO N.º 104033

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1024874

DATA DO ATENDIMENTO 02/09/17

HORA DO ATENDIMENTO 22:40

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE UMEROS ESQUERDO

CID 10 S42.4

AValiação Inicial:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR E DEFORMIDADE NO BRAÇO ESQUERDO. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, ORTOPEDIA

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DO BRAÇO ESQUERDO

EXAMES HEMATOLOGICOS

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX BRAÇO - FRATURA DISTAL UMEROS ESQUERDO

TRATAMENTO:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE UMEROS DISTAL ESQUERDO

ALTA HOSPITALAR: 08/03/17

DATA DA EMISSÃO: 06/06/18

Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO
CRM: 1873/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180544000

Vítima: ANA KARLA SULINO DA SILVA

Data do Acidente: 02/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE EDUARDO DA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANA KARLA SULINO DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos
25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: ANA KARLA SULINO DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000003487

Conta: 0000024111-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 23/07/2019 11:56:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072311500959300000022226269>

Número do documento: 19072311500959300000022226269

Num. 22914857 - Pág. 6



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0806245-44.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANA KARLA SULINO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **juntar a simulação da guia de custas**, necessária para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018 **bem como juntar contracheque ou imposto de renda.**

João Pessoa/PB, 1 de agosto de 2019.

SILVANA GIANNATTASIO

Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0806245-44.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANA KARLA SULINO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **juntar a simulação da guia de custas**, necessária para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018 **bem como juntar contracheque ou imposto de renda.**

João Pessoa/PB, 1 de agosto de 2019.

SILVANA GIANNATTASIO

Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VAF REGIONAL DE MANGABEIRA.

JUSTIÇA GRATUITA

ANA KARLA SULINO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, já devidamente singularizada nos autos do processo supra, juntar guia de custas e informar que é estudante, e não possui nenhuma fonte de renda.

Vejamos o *“art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”*. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: *“LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”*

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: *“a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.


Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC


Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.


Nestes termos. Pede deferimento.

João Pessoa, 27 de agosto de 2019



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.5.19.24175/01
			Data de emissão: 27/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.624175 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,80 Promovente: ANA KARLA SULINO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 116,44 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: seguradora lider			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 622,59
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866200000069 225909283189 520190831203 051924175014 			Valor final: R\$ 622,59

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.5.19.24175/01
			Data de emissão: 27/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.624175 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Promovente: ANA KARLA SULINO DA SILVA Promovido: seguradora lider			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 622,59
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 622,59

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.5.19.24175/01
			Data de emissão: 27/08/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2019
Número da guia: 200.2019.624175 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,48
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 504,80 Promovente: ANA KARLA SULINO DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 116,44 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: seguradora lider			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 622,59
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866200000069 225909283189 520190831203 051924175014 			Valor final: R\$ 622,59





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.624175

Data Vencimento: 31/08/2019

Data Emissão: 27/08/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ANA KARLA SULINO DA SILVA

Promovido: seguradora lider

Valor da Causa: R\$ 7.762,50

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 504,80

Taxa: R\$ 116,44

Total da Guia: R\$ 621,24

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0806245-44.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ANA KARLA SULINO DA SILVA

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, a autora é estudante e informou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 23886563) é de R\$ 622,59 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente podem ser afastadas mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.



No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

No que pese entendimento anterior, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

